

**HABEAS CORPUS Nº 548.649 - SP (2019/0357096-6)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : MAILTON MAIA DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : MAILTON MAIA DE OLIVEIRA - SP0369945  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DAYVID DE SOUZA BARROS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DAYVID DE SOUZA BARROS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Habeas Corpus n. 2241838-41.2019.8.26.0000.

O paciente foi condenado, como incurso no art. 180, *caput*, do Código Penal, à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, tendo sido a ordem parcialmente conhecida e, nessa parte, denegada (e-STJ fls. 17/22).

Nas razões do presente *habeas corpus*, alega a defesa, em suma, a ilegalidade do regime estabelecido, ao argumento de que o *quantum* de pena e as condições pessoais da paciente franqueariam sua submissão ao regime aberto.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, notadamente porque o Tribunal de origem manteve o regime mais gravoso, reportando-se ao trecho da sentença condenatória, que assim consignou, *in verbis* (e-STJ fl. 21):

**O réu é duplamente reincidente, por crime de roubo** (21ª Vara Criminal - fls. 38/39 e 18ª Vara Criminal - fls. 38), motivo pelo qual sua pena será majorada em 1/5, ficando em 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 12 (doze) dias de reclusão e pagamento de 12 (doze) dias-multa.

# Superior Tribunal de Justiça

[...]

Em observância aos critérios do artigo 33 do Código Penal, **em função das reincidências por crime mais grave, sendo que o réu quando foi preso estava em cumprimento de pena em regime aberto** (fls. 78), fixo o regime fechado como inicial para cumprimento da pena corporal imposta. (Grifei.)

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator